



COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2018
(Da Sra. ERIKA KOKAY)

Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, com a presença do Presidente da Eletrobrás, o Senhor **WILSON FERREIRA JÚNIOR**, para que sejam feitos os esclarecimentos sobre a denúncia de que a Eletrobrás gastou recursos da ordem de R\$ 2 milhões de reais para depreciar a imagem da própria empresa com o objetivo de demonstrar a necessidade urgente de privatização da mesma".

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com base nos art. 24, inciso III, combinado com o art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, com a presença do Presidente da Eletrobrás, o Senhor **WILSON FERREIRA JÚNIOR**, para que sejam feitos os esclarecimentos sobre a denúncia de que a Eletrobrás gastou recursos da ordem de R\$ 2 milhões de reais para depreciar a imagem da própria empresa com o objetivo de demonstrar a necessidade urgente de privatização da mesma". A "campanha", segundo informações, foi impulsionada pelo grupo FSB Comunicação, em licitação feita "pela metade".

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento objetiva a realização de audiência pública com a presença do presidente da Eletrobras a fim de prestar os devidos e necessários esclarecimentos acerca das denúncias veiculadas em diversos meios de comunicação sobre o fato de a Eletrobras ter gastado recursos públicos da ordem de R\$ 2 milhões de reais para depreciar a imagem da própria empresa com o fito de demonstrar, de modo artificial, a necessidade urgente de privatização da mesma. A "campanha", segundo informações, foi impulsionada pelo grupo FSB Comunicação, em licitação feita "pela metade".



Considerada oficialmente como "desestatização" ou "democratização do capital", a privatização da empresa, prioridade do governo de Michel Temer, recebeu um forte impulso em 20 de setembro de 2017, quando a estatal assinou com a RP Brasil Comunicações, do grupo FSB Comunicação, a maior assessoria de imprensa do país.

O objeto do contrato ECE-DJS 1252/2017, obtido pela reportagem da Rede Brasil Atual ¹via Lei de Acesso à Informação (LAI), é taxativo: "assessorar a Eletrobras na comunicação relativa ao projeto de acionista majoritário de desestatização da empresa".

O valor total do contrato foi de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais). Sendo R\$ 1.574.000,00 (um milhão, quinhentos e setenta e quatro mil reais) para elaboração e execução do objeto, dividido em vários itens (ver quadro abaixo) e R\$ 226.000,00 para despesas comprovadas com a execução.

CLÁUSULA QUARTA

PREÇOS

- 4.1 Para todos os efeitos legais, os preços cobrados pela **CONTRATADA** para a execução do objeto descrito na Cláusula Segunda são os seguintes de acordo com a proposta comercial da contratada, que é parte integrante deste contrato:

ITEM	Valor total
1. Análise de cenário	R\$ 30.000,00
2. Mapeamento de Stakeholders	R\$ 180.000,00
3. Plano de ação	Inserido dentro do valor do item 9
4. Monitoramento mídia	R\$ 144.000,00
5. Produção de conteúdo digital	Inserido dentro do valor do item 9
6. Identificação e preparação de porta-vozes	Inserido dentro do valor do item 9
7. Sondagem / Pesquisa de opinião pública	R\$ 120.000,00
8. Mobilização de influenciadores	R\$170.000,00
9. Assessoria e relacionamento com a imprensa, relações públicas	R\$ 930.000,00
10. Análise de resultados	Inserido dentro do valor do item 9
VALOR GLOBAL	R\$ 1.574.000,00

- 4.2. Nos preços estão inclusos todos os custos e despesas referentes à prestação dos serviços, nos termos deste Contrato, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros, taxas, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto, não cabendo nenhuma cobrança adicional para a realização dos mesmos, exceto as despesas de valores de clipping, design, produção de layouts de peças, contratação de serviços de terceiros, compra de imagens (banco de imagens), sessão de fotos, filmagem, custos com deslocamentos como táxi e custos com transporte ou viagens.

- 4.2.1 As despesas reembolsáveis seguirão as regras da **ELETROBRAS** sendo necessária a prévia aprovação as quais deverão ser comprovadas através de relatório e apresentação de cópia dos comprovantes das despesas efetivamente realizadas pela **CONTRATADA** e não excederão, no total, o valor limite de R\$ 226.000,00.

- ¹ 4.2.2 Nenhum ônus ou encargos financeiros incorridos pela **CONTRATADA** durante a execução dos serviços serão reembolsados pela **ELETROBRAS**.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA DEPUTADA ERIKA KOKAY – PT/DF

Na tentativa açodada de mobilizar a opinião pública e construir um ambiente plenamente favorável à privatização, a empresa traçou como estratégia a divulgação de um cenário de mazelas e problemas da estatal.

Assim, fez acionar diversos formadores de opinião, imprensa, distribuiu notas em colunas de jornais de grande circulação, municiou comentaristas econômicos, pautou a mídia em geral, mostrando sempre um cenário que tornasse urgente tal privatização, acelerada pela pressa do governo federal em concretizar o negócio.

Diante da gravidade dos fatos, e com vistas ao cumprimento do exercício constitucional do *múnus* público fiscalizatório atribuído ao Congresso Nacional perante os atos do Poder Executivo (Art. 49, X, da CF), é fundamental a realização da presente audiência pública junto à Comissão, de modo que o presidente da referida empresa estatal possa apresentar os esclarecimentos necessários sobre os fatos em tela.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2018.

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF**